

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Cara advogada, caro advogado,

O Estatuto da Advocacia e da OAB – Lei 8.906/94, capítulo VI, artigos 22 a 26, e o Código de Ética e Disciplina, capítulo V, artigos 35 a 43 estabelecem que a contratação da remuneração do advogado deve ser compatível com a relevância, o vulto e a complexidade da questão, com o tempo necessário para o desenvolvimento do trabalho, com o valor da causa, o proveito e a capacidade econômica do cliente e com a reputação da capacidade e o renome do profissional.

Com esse objetivo, o Conselho Seccional da OAB/DF aprovou, como fonte de referência, uma nova Tabela de Honorários na Sessão Plenária de 16 de dezembro de 2010. Os valores e os percentuais contemplados servem como parâmetros para as contratações de advogados, levando em conta os percentuais médios e os valores mínimos a serem praticados, para que o advogado possa estimar o valor de seu trabalho de acordo com a natureza dos serviços profissionais prestados e com a filosofia implantada pelo legislador federal. Tal medida fortalece a OAB como mediadora do mercado e impede o aviltamento da nossa profissão.

Não deixe de sempre contratar seus honorários previamente e por escrito, observando os parâmetros contidos nesta tabela e as disposições do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina da OAB. É uma medida simples, mas valiosa, que intensifica o respeito da sociedade ao advogado.

**Francisco Caputo**

**COMISSÃO ORGANIZADORA DA TABELA DE HONORÁRIOS  
INSTITUÍDA PELA PORTARIA N. 52, DE 26 DE MAIO DE 2010**

**LINCOLN DE OLIVEIRA** - OAB/DF 7.626 - PRESIDENTE

**MARCUS JOSÉ DA CRUZ PALOMO** - OAB/DF 21.096 - VICE-PRESIDENTE

**MARÍLIA APARECIDA RODRIGUES DOS REIS GALLO** - OAB/DF 21.023

**SIBELE GUIMARÃES SALGADO** - OAB/DF 8.656

## RESOLUÇÃO N º 13, de 20 de dezembro de 2010

O Conselho da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 58, I e V, da Lei n.º 8.906, de 4.7.94, bem como pelo art. 111 do Regulamento Geral do EAOAB, reunido em Sessão Plenária realizada em 16 de dezembro de 2010.

CONSIDERANDO o disposto no art. 22 da Lei n.º 8906/94 e no art. 41 do Código de Ética e Disciplina da OAB;

CONSIDERANDO a necessidade da atualização da TABELA DE HONORÁRIOS, visando a preservar a dignidade da classe, obstar o aviltamento dos valores dos serviços profissionais e manter a justa remuneração do advogado;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar e uniformizar os valores mínimos de honorários cobrados pelos advogados do Distrito Federal

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a anexa TABELA DE HONORÁRIOS, que servirá, após publicada na imprensa oficial e no site da Ordem, de referência a todos os advogados inscritos nesta Seccional, orientando-os na contratação de seu trabalho profissional, a fim de evitar excessos e, principalmente, o aviltamento nos valores, de modo que não atentem contra a dignidade da advocacia.

**Parágrafo Único.** A Tabela destina-se, ainda, a prestar auxílio aos juízes na fixação de honorários de advogado dativo e de assistente judi-

ciário, bem como a servir de referência nos arbitramentos judiciais de honorários advocatícios, nos casos em que a legislação o determinar ou possibilitar.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor, em todo o Distrito Federal, a partir de sua publicação no Diário Oficial.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 20 de dezembro de 2010.

## DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS

Art. 1º O advogado deve contratar seus honorários por escrito e previamente, observando as regras do Código de Ética Disciplina, da Lei n.º 8906/94, do Regulamento Geral do EAOAB, do Código de Processo Civil e desta Tabela. É admissível, mas desaconselhável, o pacto verbal.

Art. 2º A presente Tabela fixa honorários mínimos na contratação dos serviços, devendo ser levada em consideração a maior ou a menor complexidade da causa, o trabalho e o tempo necessários, a importância do interesse econômico e os conhecimentos do advogado, sua experiência e seu conceito como profissional e a condição econômica do cliente.

Art. 3º Os honorários serão contratados tomando por base a URH – Unidade Referencial de Honorários, cujo valor será fornecido mensalmente pela Diretoria da Seccional.

Art. 4º É lícito ao advogado contratar valor superior ao previsto na Tabela. Cumpre, entretanto, obrigatoriamente, ao advogado, em atendimento ao dever de zelar pela dignidade da profissão, observar os limites mínimos aqui fixados, não contratando honorários a eles inferiores (concorrência desleal), sob pena das sanções legais.

Art. 5º É aconselhável incluir no contrato de prestação de serviços cláu-

sulas relativas ao valor dos honorários, aos reajustes, às eventuais majorações por acréscimo dos serviços inicialmente previstos, às condições e à forma de pagamento, inclusive hipótese de acordo, às despesas com custas, diárias de viagens etc. Também é aconselhável incluir no contrato cláusulas relativas à forma e às condições de resgate dos encargos gerais, judiciais e extrajudiciais, inclusive eventual remuneração de outro profissional, advogado ou não, para desempenho de serviço auxiliar ou complementar técnico e especializado, ou com incumbência, pertinente fora da Comarca.

Art. 6º Salvo estipulação diversa, um terço dos honorários é devido no início do trabalho, outro terço até a decisão de primeiro grau e o restante no final.

Art. 7º Nos honorários pactuados não se compreende a prestação de serviços em quaisquer processos acessórios, preventivos ou incidentes, que serão contratados à parte.

Art. 8º Quando não for ajustado em contrário, os honorários pactuados compreendem somente o patrocínio da causa em primeiro grau e interposição ou resposta de recurso para o segundo grau, não estando incluída a sustentação oral perante o Tribunal.

Art. 9º O advogado poderá receber, como honorários, parte dos bens em litígio, desde que previsto no contrato, com a aquiescência de todos os interessados, guardadas as proporções entre o valor estipulado, com base na presente Resolução, e o valor real dos bens recebidos em pagamentos.

Art. 10. É vedado ao advogado custear a causa, exceto quando o não pagamento das despesas implicar arquivamento, deserção ou qualquer prejuízo para o cliente, sem que isto constitua obrigação do profissional nem o sujeite a penalidades.

Art. 11. Havendo necessidade de arbitramento e cobrança judicial dos honorários advocatícios, deve o advogado renunciar ao patrocínio da causa.

Art. 12. Todas as despesas judiciais ou extrajudiciais, tais como as de locomoção, alimentação, hospedagem, viagem, transporte, certidões, có-

pias etc. serão suportadas pelo cliente, devendo o advogado contratado fazer a devida prestação de contas.

Art. 13. Havendo acordo entre as partes à revelia do advogado, este não terá compromisso de redução de honorários.

Art. 14. O contrato de honorários que, pelo decurso do tempo ou pela superveniência de circunstâncias imprevisíveis à época do ajuste, se torne excessivamente oneroso para o advogado, poderá ser objeto de revisão.

Art. 15. O advogado substabelecido com reserva de poderes deverá sempre ajustar sua remuneração com o substabelecente.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Fica atribuído o valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) à Unidade Referencial de Honorários - URH.

Art. 17. Os valores constantes desta Tabela atualizar-se-ão pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE ou por outro indicador inflacionário, a critério da Diretoria da OAB/DF, que promoverá, no primeiro dia útil de cada mês, a publicação no valor real da Unidade Referencial de Honorários através de resolução no Diário Oficial da União.

Art. 18. A presente Tabela entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário.

## PARTE GERAL

\* VM = VALOR MÍNIMO

### 1 - AÇÕES DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA OU QUE ASSUMAM ESTE CARÁTER

Salvo outra disposição nesta tabela, 20% sobre o valor econômico da questão, haja ou não benefício patrimonial - VM **25 URH**

## **2 – ADVOCACIA PERANTE OS TRIBUNAIS**

Mandatário expressamente constituído ou substabelecido:

- a) Elaboração e apresentação de Memorial – VM **30 URH**
- b) Sustentação Oral – VM **30 URH**
- c) Elaboração e apresentação de Razões e Contrarrazões ou Recurso Adesivo, como mandatário especial – VM **40 URH**
- d) Elaboração e apresentação de Agravo Regimental – VM **40 URH**
- e) Ação Rescisória – VM **45 URH**
- f) Revisão Criminal – VM **45 URH**
- g) Simples acompanhamento de Recurso sem prática de qualquer ato judicial – VM **3 URH** por mês
- h) Representação – VM **25 URH**
- i) Pedido de Correção Parcial – VM **40 URH**
- j) Arguição de Exceção de Suspeição ou Impedimento – VM **40 URH**
- l) Agravo de Instrumento – VM **35 URH**
- m) Embargos Infringentes – VM **40 URH**
- n) Embargos de Declaração – VM **30 URH**
- o) Suspensão de Segurança – VM **40 URH**
- p) Medidas Cautelares – VM **40 URH**
- q) Arguição de Inconstitucionalidade de Lei – VM **40 URH**
- r) Pedidos de Homologação de Sentença Estrangeira – VM **50 URH**
- s) Demais Ações Originárias nos Tribunais – VM **40 URH**
- t) Demais Recursos – VM **40 URH**

## **3 – EXAME DE PROCESSOS EM GERAL**

Para o Distrito Federal – VM **4 URH**

Para outros Estados – VM **5 URH**

#### **4 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM AUDIÊNCIA**

Para o Distrito Federal – VM **5 URH**

Para outros Estados – VM **6 URH**

#### **5 – PRECATÓRIAS E ROGATÓRIAS**

a) Para precatória, protocolo e acompanhamento sem audiência – VM **30 URH**

b) Para rogatória, protocolo e acompanhamento com audiência – VM **40 URH**

c) Para rogatória – VM **100 URH**

#### **6 – ADVOCACIA DE PARTIDO**

a) Sem vínculo empregatício, valor mensal – VM **15 URH**

### **ADVOCACIA CÍVEL. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.**

#### **7 – AÇÕES CAUTELARES**

VM **40 URH**

#### **8 – ORDINÁRIA DE DESPEJO**

10% a 20% sobre o valor anual do contrato de locação – VM **12 URH**

#### **9 – REVISÃO E ARBITRAMENTO DE ALUGUEL**

10% a 20% sobre o valor anual do novo aluguel – VM **15 URH**

#### **10 – RENOVATÓRIA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO**

10% a 20% sobre o valor anual do novo aluguel – VM **15 URH**



## **11 – POSSESSÓRIAS**

- a) Manutenção e reintegração de posse – 10% a 15% sobre o valor da coisa litigiosa – VM **25 URH**
- b) Interdito proibitório – 10% sobre o valor da coisa litigiosa – VM **15 URH**

## **12 – DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES**

- a) Não contestada – 10% sobre o valor do quinhão que couber ao cliente
- b) Contestada – 20% sobre o mesmo valor
- c) Em ambas as hipóteses – VM **20 URH**

## **13 – RETIFICAÇÃO DE ÁREA**

Aplica-se o item **1** da **PARTE GERAL** desta Tabela – VM **30 URH**

## **14 – USUCAPIÃO**

10% a 20% do valor do bem – VM **26 URH**

## **15 – NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA**

Aplica-se o item **1** da **PARTE GERAL** desta Tabela – VM **20 URH**

## **16 – EMBARGOS DE TERCEIRO, OPOSIÇÃO E ASSISTÊNCIA**

Observar o item **1** da **PARTE GERAL** desta Tabela – VM, em qualquer hipótese, **20 URH**

## **17 – DESAPROPRIAÇÃO**

- a) Direta – 20% sobre a diferença entre a oferta e a indenização final – VM **30 URH**
- b) Indireta – aplica-se o item **1** da **PARTE GERAL** desta Tabela – VM **30 URH**

## **18 – CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO, DEPÓSITO, ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULO AO PORTADOR, PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- a) consignação extrajudicial – VM **10 URH**
- b) consignação judicial, depósito, anulação e substituição de título ao portador, prestação de contas – aplica-se o item **1** da **PARTE GERAL** desta Tabela – VM **25 URH**

## **19 – AÇÃO MONITÓRIA, DE EXECUÇÃO EM GERAL E COBRANÇA JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**

- a) 10% sobre o valor atualizado do débito para cobranças extrajudiciais
- b) aplica-se o item **1** da **PARTE GERAL** desta Tabela para as ações judiciais – VM **15 URH**

## **20 – CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA**

- a) VM **40 URH**
- b) Para habilitação de crédito e seu acompanhamento – 10% a 20% do valor do crédito – VM **6 URH**
- c) Para pedido de restituição – VM **40 URH**
- d) Para extinção de obrigações – 1% a 3% sobre o valor do passivo, inclusive tributário – VM **30 URH**
- e) Pedido de recuperação judicial até sentença de cumprimento ou encerramento – VM **40 URH**
- f) Pedido de recuperação extrajudicial até a sentença de cumprimento ou encerramento – VM **40 URH**
- g) Pedido de habilitação de crédito e seu acompanhamento até o final da decisão – 10 a 20% do valor do crédito
- h) Pedido de impugnação de crédito e seu acompanhamento até o final da decisão – VM **40 URH**
- i) Pedido de falência e seu acompanhamento até final decisão que não decrete ou decrete a falência – VM **40 URH**
- j) Pedido de autofalência e seu acompanhamento até final da decisão que decrete a falência – VM **40 URH**

- k) Pedido de restituição ou reivindicação até final decisão – VM **40 URH**
- l) Pedido de embargos de terceiro – 10 a 20% do valor da causa
- m) Patrocinar direitos ou representar interesses do falido em juízo ou de sócios com responsabilidade ilimitada, excluída a defesa no juízo criminal, até final decisão de encerramento da falência – VM **40 URH**
- n) Patrocinar direitos ou representar interesses do falido em juízo ou de sócios com responsabilidade ilimitada, excluída a defesa no juízo criminal, especificamente no pedido de extinção de obrigações até final decisão – VM **40 URH**

## **21 – INSOLVÊNCIA CIVIL**

- a) Advogado do requerente – 10% sobre o valor do crédito – VM **19 URH**
- b) Representação do devedor – 1% a 3% do valor total do passivo – VM **13 URH**

## **22 – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE**

- a) 15% sobre os haveres recebidos pelo cliente – VM **26 URH**
- b) Como advogado dos demais sócios ou da sociedade – 10% sobre a quantia efetivamente paga ao sócio retirante
- c) Em qualquer hipótese – VM **26 URH**
- d) Como advogado do liquidante – 10% sobre o valor efetivamente apurado – VM **26 URH**

## **23 – EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO**

10% a 20% sobre o valor do quinhão – VM **26 URH**

## **24 – MANDADO DE SEGURANÇA**

10% a 20% sobre o valor econômico da questão – VM **50 URH**

## **25 – AÇÃO POPULAR**

VM **50 URH**

**26 – PEDIDOS DE HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA**

VM 50 URH

**27 – RESTAURAÇÃO DE AUTOS**

VM 50 URH

**28 – HABEAS DATA**

VM 40 URH

**29 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

VM 50 URH

**30 – MANDADO DE INJUNÇÃO**

VM 50 URH

**31 – JUÍZO ARBITRAL**

Aplica-se o disposto no item 1 da PARTE GERAL desta Tabela – VM **26 URH**

**32 – SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL**

Aplica-se o item **1** da **PARTE GERAL** desta Tabela – VM **12 URH**

**33 – RETIFICAÇÃO DE REGISTRO E AVERBAÇÃO**

VM 15 URH

**34 – ORGANIZAÇÃO DE FUNDAÇÕES**

3% a 6% sobre o valor do bem destinado à instituição – VM **20 URH**

**35 – JUIZADOS ESPECIAIS**

a) 10% a 30% do valor da causa, incluída a apelação: a) para a Turma Recursal; b) para a criminal – VM **30 URH**

## ADVOCACIA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

### **36 – INVENTÁRIOS E ARROLAMENTOS**

5% a 10% sobre o valor total dos bens

### **37 – HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EM INVENTÁRIO OU ARROLAMENTO**

10% a 20% sobre o valor do crédito – VM **15 URH**

### **38 – TESTAMENTOS E CODICILOS**

Apresentação e registro – VM **15 URH**

### **39 – ANULAÇÃO DE TESTAMENTO**

VM **40 URH**

### **40 – RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL**

- a) Litigioso – VM **60 URH** + 5% a 10% sobre o valor total dos bens
- b) Consensual – VM **40 URH** + 5% a 10% sobre o valor total dos bens

### **41 – GUARDA DE FILHO OU MODIFICAÇÃO**

VM **40 URH**

### **42 – CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO**

- a) Consensual – VM **40 URH**
- b) Litigiosa – VM **60 URH**

### **43 – DIVÓRCIO**

#### **43.1 - Consensual**

- a) Sem bens e sendo o mesmo advogado – VM **40 URH**
- b) Sem bens e com advogados distintos – VM **60 URH**

- c) Com bens e mesmo advogado – VM **40 URH** mais 5% sobre o valor total dos bens
- d) Com bens e advogados distintos – VM **60 URH** mais 5% do quinhão do cliente sobre o valor total dos bens

### **43.2 – Litigioso**

- a) Sem bens – VM **60 URH**
- b) Com bens – VM **70 URH** mais 5% do quinhão do cliente sobre o valor total dos bens

### **44 – ANULAÇÃO DE CASAMENTO**

Havendo bens a partilhar, o percentual para inventários e arrolamentos – VM **50 URH**

### **45 – INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE**

VM **60 URH**

### **46 – AÇÃO DE ALIMENTOS**

Ação de alimentos, revisão ou exoneração de pensão alimentícia, valor de 10% a 20% sobre o valor anual dos alimentos – VM **40 URH**

### **47 – REGULAMENTAÇÃO DE VISITA**

VM **40 URH**

### **48 – INTERDIÇÃO, TUTELA OU CURATELA**

VM **30 URH**

### **49 – SUB-ROGAÇÃO DE VÍNCULO OU LEVANTAMENTO DE CLÁUSULA RESTRITIVA**

Metade do percentual relativo ao inventário calculado sobre o valor do bem – VM **26 URH**

## **50 – ADOÇÃO**

**VM 40 URH**

## **51 – EMANCIPAÇÃO OU SUPRIMENTO**

**VM 30 URH**

## **52 – OUTORGA JUDICIAL DE CONSENTIMENTO**

**VM 20 URH**

## **53 – EXTINÇÃO DE USUFRUTO OU FIDEICOMISSO**

**VM 20 URH**

## **54 – ALIENAÇÃO DE BENS**

Aplica-se o item **1** da **PARTE GERAL** desta Tabela – **VM 25 URH**

## **55 – PEDIDO DE ALVARÁ, OFÍCIOS OU EXPEDIÇÃO DE MANDADO**

10% a 20% sobre o valor – **VM 10 URH**

### **ADVOCACIA CRIMINAL**

## **56 – INQUÉRITO POLICIAL E REPRESENTAÇÃO CRIMINAL**

- a) Diligência perante órgãos policiais, em horário comercial (8h às 18 h) – **VM 20 URH**. Fora desse horário, acréscimo de 20% a 30%.
- b) Acompanhamento de inquérito policial – **VM 30 URH**
- c) Requerimento para instauração de inquérito policial e/ou representação criminal e seu acompanhamento – **VM 40 URH**

## **57 – AÇÃO PENAL**

**VM 70 URH**



## **58 – PROCESSO DE COMPETÊNCIA DO JÚRI**

- a) Defesa até sentença de pronúncia – VM **100 URH**
- b) Defesa em plenário – VM **100 URH**

## **59 – JUSTIÇA MILITAR**

Defesa em processo – VM **26 URH**. Quanto a Inquérito Policial Militar e Tribunal do Júri, aplicar, respectivamente, os itens 55 e 57

## **60 – HABEAS CORPUS**

- a) Requerido durante horário de funcionamento da Justiça – VM **60 URH**
- b) Requerido em horário de Plantão Judicial – VM **100 URH**
- c) Requerido perante o Tribunal – VM **70 URH**
- d) Defesa em Processo de Rito Sumário – VM **30 URH**
- e) Defesa em Processo de Rito Comum ou Ordinário – VM **70 URH**
- f) Processo de Rito Especial – VM **60 URH**
- g) Pedido de Revisão de Processo – VM **40 URH**

## **61 – REQUERIMENTO PARA REVOGAÇÃO OU RELAXAMENTO DE PRISÃO**

VM **40 URH**

## **62 – PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA**

VM **40 URH**

## **63 – QUEIXA-CRIME OU REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO**

Como advogado do querelante ou do querelado – VM **40 URH**

## **64 – EXECUÇÃO PENAL**

Requerimento para concessão de graça, indulto, anistia, comutação de penas, livramento condicional, unificação de penas, revogação de me-





vida de segurança, prisão albergue, prisão domiciliar e progressão de regime – VM **40 URH**

#### **65 – PROCESSOS INCIDENTES**

Exceções, restituição de coisas apreendidas, medidas assecuratórias e incidente de insanidade – VM **40 URH**

#### **66 – ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO**

VM **50 URH**

#### **67 – PEDIDO DE EXPLICAÇÕES (INTERPELAÇÃO JUDICIAL)**

VM **15 URH**

#### **68 – JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL**

VM **15 URH**

#### **69 – PEDIDO DE REABILITAÇÃO**

VM **20 URH**

#### **70 – REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE FIANÇA OU SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA**

VM **40 URH**

#### **71 – CARTA PRECATÓRIA**

VM **10 URH**

#### **72 – CRIMES ELEITORAIS**

VM **20 URH**

#### **73 – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

VM **40 URH**



## **74 – ADVOCACIA TRIBUTÁRIA, FISCAL, ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA**

- a) Defesa perante a 1ª Instância Administrativa – VM **10% a 20% sobre o valor de notificação**
- b) Recurso para 2ª Instância Administrativa – VM **10% a 20% sobre o valor da notificação**
- c) Ação Anulatória ou Contestação – VM **10% a 20% sobre o valor da notificação**
- d) Embargos à Execução e/ou Repetição de Indébito – VM **10% a 20% sobre o valor da causa**

## **ADVOCACIA TRABALHISTA**

**75 – PATROCÍNIO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PELO RECLAMANTE**, de 10% a 30% do valor da condenação, se procedente ou em caso de acordo

**76 – PATROCÍNIO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PELO RECLAMADO**, de 10% a 30% sobre o valor total dos pedidos

## **77 – INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE**

**77.1 – Representando empregador** - de 10% a 30% sobre o valor total da causa

**77.2 – Representando empregado** - de 10% a 30% do valor recebido pelo empregado na reintegração ou na rescisão contratual

**78 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE RAZÕES E CONTRARRAZÕES DE RECURSO ORDINÁRIO, DE RECURSO ADESIVO OU AGRAVO DE PETIÇÃO** – VM 30 URH

**79 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE RAZÕES E CONTRARRAZÕES DE RECURSO DE REVISTA** – VM 40 URH





## **80 – EMBARGOS DE TERCEIRO, COMO MANDATÁRIO ESPECIAL**

- a) Pelo Reclamante – VM 10% a 20% do valor da causa
- b) Pelo Reclamado – VM **20 URH**

## **81 – PROCESSOS CAUTELARES** - de 10 a 20% do valor da causa

## **82 – DISSÍDIO COLETIVO / ACORDO COLETIVO**

**82.1 – Representando empresas até 250 empregados** – VM **90 URH**.  
Acima de 251 empregados – VM **120 URH**

**82.2 – Representando Sindicato de Empresas** – VM **120 URH**

**82.3 – Representando Sindicatos de Empregados** – VM **120 URH**

**83 – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO TRABALHISTA** - de 10% a 30% do valor da causa

**84 - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO** - de 10% a 30% do valor da causa

**85 - ELABORAÇÃO DE DEFESA E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DECORRENTES DE APLICAÇÃO DE MULTAS PELA DRT** - de 10% a 30% sobre o valor da multa

## **86 - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

**86.1 - Representando o empregador** - de 10% a 20% do valor do benefício financeiro

**86.2 - Representando o empregado** - de 10% a 20% do valor do benefício financeiro

**87 – AÇÕES DE ACIDENTE DE TRABALHO (AJUIZAMENTO OU CONTESTAÇÃO)** - de 10 a 20% do valor do benefício



**88 – PROCESSO DE EXECUÇÃO, COMO MANDATÁRIO ESPECIAL** - de 10% a 20% do valor da execução

**89 – EMBARGOS À EXECUÇÃO OU À PENHORA, COMO MANDATÁRIO ESPECIAL** - de 10 a 20% do valor da execução

### ADVOCACIA PREVIDENCIÁRIA

**90 – POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA**

20% a 30% sobre o valor econômico da questão – VM **26 URH**

**91 – JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**

VM **13 URH**

**92 – JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL**

VM **13 URH**

**93 – AÇÃO DE COGNIÇÃO: CONDENATÓRIA, CONSTITUTIVA E DECLARATÓRIA**

20% a 30% sobre o valor econômico da questão ou eventual acordo, sem a dedução dos encargos fiscais e previdenciários

### ADVOCACIA ELEITORAL

**94 – QUEIXA, REPRESENTAÇÃO OU IMPUGNAÇÃO** - VM **30 URH**

**95 – DEFESA PERANTE JUÍZO ELEITORAL** – VM **30 URH**

**96 – DEFESA PERANTE O TRE** - VM **40 URH**

**97 – DEFESA PERANTE O TSE** - VM **50 URH**

**98 – MANDADO DE SEGURANÇA OU HABEAS CORPUS** - VM **50 URH**

## VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

### 99 – QUALQUER INTERVENÇÃO

Em qualquer processo – VM **20 URH**

## ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL

### 100 – INTERVENÇÃO

Do advogado para solução de qualquer assunto no terreno amigável. Havendo interesse econômico, 10% desse valor – VM **15 URH**, mesmo quando for de valor inestimável

### 101 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Intervenção perante a administração pública: 10% a 20% sobre o valor econômico da questão – VM **10 URH**

### 102 – DEFESA ADMINISTRATIVA

Em sindicância ou processo administrativo disciplinar – VM **30 URH**

### 103 – PROCESSO ADMINISTRATIVO

Em geral, 10% a 20% sobre o valor econômico da questão – VM **30 URH**

### 104 – CONTRATOS EM GERAL

Minuta de contrato ou de qualquer documento: 2% do seu valor – VM **10 URH**

### 105 – TESTAMENTO

Minuta de testamento e/ ou assistência ao ato – VM **10 URH**

**106 – DOCUMENTAÇÃO IMOBILIÁRIA** (excluídas as hipóteses dos artigos 212 e 213 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – nesse caso, ver itens **81** ou **14** desta Tabela, conforme o caso):

- a) estudo ou organização de documentação imobiliária – VM **10 URH** (o estudo e a organização não compreendem a extração da respectiva documentação)
- b) elaboração de contrato: 2% do seu valor – VM **10 URH**
- c) quando o trabalho envolver as duas tarefas, mínimo de 3%

### **107 – ASSEMBLEIAS**

Participação em assembleias – VM **10 URH**

### **108 – CONSULTA**

Verbal, em horário comercial (das 8h às 18h) – VM **3 URH**. Fora desse horário, acréscimo de 20% a 30%

### **109 – PARECER**

Escrito – VM **15 URH**

### **110 – HORA TÉCNICA DE TRABALHO**

Nos contratos em que sejam fixados honorários em função do tempo trabalhado – VM **2 URH/hora**

### **111 – INVENTÁRIO E DIVÓRCIO**

(Ver Lei n.11.441, de 4 de janeiro de 2007) (\*)

## **AÇÕES DE RITO SUMÁRIO**

**112 – COM VALOR ESTIMÁVEL** – VM 10% a 20% sobre o valor efetivo da causa

**113 – SE INESTIMÁVEL O VALOR** – VM **15 URH**

## HONORÁRIOS PERICIAIS

**114 – ARBITRAMENTO JUDICIAL DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS –**  
VM 10% a 20% sobre o valor dos honorários arbitrados

## DIÁRIAS E LOCOMOÇÃO

**115 – DIÁRIA FORA DO DISTRITO FEDERAL – VM 5 URH +** Reembolso das Despesas Comprovadas

**116 – DIÁRIA FORA DO BRASIL – VM 100 URH +** Reembolso das Despesas Comprovadas



DISTRITO FEDERAL

**Presidente:** Francisco Queiroz Caputo Neto

**Vice-presidente:** Emens Pereira de Souza

**Secretário-geral:** Lincoln de Oliveira

**Secretário-geral adjunto:** Luís Maximiliano Leal Telesca Mota

**Diretor tesoureiro:** Raul Freitas Pires de Saboia

**CONSELHEIROS FEDERAIS**

Antenor Pereira Madruga Filho  
Daniela Rodrigues Teixeira  
Délio Fortes Lins e Silva  
Meire Lúcia G. Monteiro Mota Coelho  
Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Gustavo Gaião Torreão Braz  
Haroldo Toti  
Henrique Celso Souza Carvalho  
Ian Rodrigues Dias  
Igor Carneiro de Matos  
Iran Amaral

Ives Geraldo de Souza

João Candido da Silva

José Augusto Pinto da Cunha Lyra

José Cardoso Dutra Junior

José Carlos de Matos

Jose Vieira Alves

Josefina Serra dos Santos

Lisa Marini Ferreira dos Santos

Lucas Resende Rocha Junior

Mabel Gonçalves de Souza Resende

Magda Ferreira de Souza

Marcelo Jaime Ferreira

Marcos Evandro Cardoso Santi

Marcus Jose da Cruz Palomo

Maria Claudia Azevedo de Araújo

Marília Aparecida R. dos Reis Gallo

Moacir Akira Yamakawa

Paulo Mauricio Braz Siqueira

Paulo Roberto de Castro

**CONSELHEIROS SECCIONAIS**

Adelvair Pêgo Cordeiro  
Alessandro Luiz dos Reis  
André Puppim Macedo  
André Vidigal de Oliveira  
Antônio Alberto do Vale Cerqueira  
Charles Christian Alves Bicca  
Claudismar Zupiroli  
Délio Fortes Lins e Silva Junior  
Eduardo de Vilhena Toledo  
Fabiano Jantalia Barbosa  
Francisca Aires de Lima Leite  
Francisco Carlos Caroba  
Frederico Donati Barbosa  
Getulio Humberto Barbosa de Sá  
Giselle Dorneles de Oliveira Torres Avelar  
Guilherme Farhat de São Paulo Ferraz  
Gustavo de Castro Afonso



Radam Nakai Nunes  
Reginaldo Bacci Acunha  
Renato Gustavo Alves Coelho  
Rodrigo Fernandes de Moraes Ferreira  
Rodrigo Freitas Rodrigues Alves  
Rogerio Marinho Leite Chaves  
Rommel Madeiro de Macedo Carneiro  
Sandoval Curado Jaime  
Suzana Maria D. de Abranches C.Fiod  
Tarley Max da Silva  
Wendell do Carmo Sant'ana

#### **CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS - DF**

Presidente: Everardo Ribeiro G. Filho  
Vice-presidente: Luciano Andrade Pinheiro  
Secretário-geral: Gutemberg Bezerra Pe-  
reira de Oliveira  
Secretária-geral adjunta: Geusa Santana  
da Silva  
Tesoureiro: Paulo Emilio Catta Preta de  
Godoy  
Diretores suplentes: Conceição José Ma-  
cedo e Antônio Marcos da Silva

#### **SUBSEÇÕES DA OAB/DF**

##### **CEILÂNDIA**

Presidente: Edmilson Francisco de Mene-  
zes  
Vice-presidente: Gerson W. de Sousa Melo  
Secretário-geral: Antonio Bezerra Neto  
Secretário-geral adjunto: Mauro Júnior Pi-  
res do Nascimento  
Tesoureiro: Jurandir Soares de Carvalho  
Junior

##### **GAMA**

Presidente: Demas Correia Soares

Vice-presidente: Almiro C. Farias Júnior  
Secretário-geral: Leônidas José da Silva  
Secretário-geral adjunto: Rute Raquel Viei-  
ra Braga da Silva  
Tesoureiro: Cristiane Aires do Rego

##### **PLANALTINA**

Presidente: Marcelo Oliveira da Almeida  
Vice-presidente: Mário César Gonçalves de  
Lima  
Secretário-geral: Oneida Martins Rodrigues  
Secretária-geral adjunta: Edjane Rafael de  
Almeida  
Tesoureiro: Carlos Silon Rodrigues Gebrim

##### **SAMAMBAIA**

Presidente em exercício: José Antônio Gon-  
çalves de Carvalho  
Secretário-geral: João Batista Ribeiro  
Secretário-geral adjunto: Renato M. Frota  
Tesoureiro: Cleire Lucy Carvalho Alves

##### **SOBRADINHO**

Presidente: Vicente de Paulo T. da Penha  
Vice-presidente: Márcio de Souza Oliveira  
Secretário-geral: Guilherme Jorge da Silva  
Secretário-geral adjunto: Eurípedes Vieira  
Tesoureiro: Aline Guida de Souza

##### **TAGUATINGA**

Presidente: Maria Conceição Filha  
Vice-presidente: Rodrigo de Castro Gomes  
Secretário-geral: Alan Lady de Oliveira  
Costa  
Secretário-geral adjunto: Andressa de Pai-  
va Pelissari  
Tesoureiro: Antonio Geraldo Peixoto

**MEMBROS VITALÍCIOS HONORÁRIOS - OAB/DF**

**Leopoldo César de Miranda Lima Filho**

1960-1961

**Décio Meirelles de Miranda**

1961-1963

**Esdra da Silva Gueiros**

1963-1965

**Fernando Figueiredo de Abranches**

1965-1967

**Francisco Ferreira de Castro**

1967-1969

**Antônio Carlos Elizalde Osório**

1969-1971

**Moacir Belchior**

1971-1972

**Antônio Carlos Sigmaringa Seixas**

1973-1975

**Hamilton de Araújo e Souza**

1975-1977

**Assu Guimarães**

1977-1979

**Maurício Corrêa**

1979-1987

**Amauri Serralvo**

1987-1989

**Francisco C. N. de Lacerda Neto**

1989-1991

**Esdra Dantas de Souza**

1991-1995

**Luiz Filipe Ribeiro Coelho**

1995-1997

**J. J. Safe Carneiro**

1998-2003

**Estefânia F. de Souza de Viveiros**

2004-2009



